

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE  
2017**

**DENOMINAÇÃO:** ASSOCIAÇÃO CRIANÇA E VIDA

**MORADA:** Rua Miguel Bombarda, 57

**LOCALIDADE:** Porto

**FREGUESIA:** Cedofeita

**CONCELHO:** Porto

**COD. POSTAL:** 4050-380

  
\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIREÇÃO**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** Porto \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Porto \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

\_\_\_\_\_

ASSOCIAÇÃO CRIANÇA E VIDA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 500945861  
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	291 942,28	491 982,58
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	380,70	238,54
		292 322,98	492 221,12
Activo corrente			
Inventários	7	165,29	185,28
Créditos a receber	12.2	12 293,84	12 464,41
Estado e outros entes públicos	12.8	673,26	996,41
Diferimentos	12.4	1 582,63	2 713,31
Outros ativos correntes	12.3	25 334,41	25 409,55
Caixa e depósitos bancários	12.5	88 496,68	2 696,18
		128 546,11	44 465,14
<b>Total do ativo</b>		<b>420 869,09</b>	<b>536 686,26</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	9 975,96	9 975,96
Resultados transitados	12.6	-43 699,26	6 089,79
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	76 800,45	132 511,63
		43 077,15	148 577,38
Resultado líquido do período		-30 327,34	-49 789,05
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>12 749,81</b>	<b>98 788,33</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	282 841,86	300 354,07
		282 841,86	300 354,07
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	6 427,54	15 736,97
Estado e outros entes públicos	12.8	7 561,97	11 610,77
Diferimentos	12.4	923,29	1 835,85
Outros passivos correntes	12.9	110 364,62	108 360,27
		125 277,42	137 543,86
<b>Total do passivo</b>		<b>408 119,28</b>	<b>437 897,93</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>420 869,09</b>	<b>536 686,26</b>

A Direção

Contabilista Certificado

ASSOCIAÇÃO CRIANÇA E VIDA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte 500945861

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	8	99 199,71	148 806,86
Subsídios, doações e legados à exploração	9/12.10	276 727,17	334 460,17
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-24 549,13	-28 243,72
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-67 543,18	-78 367,45
Gastos com o pessoal	10	-479 251,16	-393 610,02
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.12	0,00	-5 544,15
Outros rendimentos	12.13/12.15	185 828,40	7 397,85
Outros gastos	12.14	-5 157,77	-14 330,91
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-14 745,96</b>	<b>-29 431,37</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-11 333,84	-16 115,87
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-26 079,80</b>	<b>-45 547,24</b>
Juros e gastos similares suportados	12.15	-4 247,54	-4 241,81
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-30 327,34</b>	<b>-49 789,05</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-30 327,34</b>	<b>-49 789,05</b>

A Direção

Contabilista Certificado

Entidade: ASSOCIAÇÃO CRIANÇA E VIDA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500945861

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-escolar	CATL	SAD	PERÍODOS	
						2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	38 102,69	35 020,63	16 691,74	9 384,65	99 199,71	148 806,86
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10	-211 408,17	-199 469,72	-58 759,06	-34 163,34	-503 800,29	-424 371,99
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-173 305,48</b>	<b>-164 449,09</b>	<b>-42 067,32</b>	<b>-24 778,69</b>	<b>-404 600,58</b>	<b>-275 565,13</b>
Outros Rendimentos	9/12.10/12.13/12.15	199 980,34	170 060,32	40 572,43	51 942,48	462 555,57	341 858,02
Gastos de distribuição	12.11	-41,47	-41,47	0,00	-15,56	-98,50	0,00
Gastos administrativos	4/5/12.11/12.12	-19 231,44	-25 196,57	-20 128,61	-14 221,90	-78 778,52	-107 347,32
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	12.14	-1 896,09	-1 842,96	-688,54	-730,18	-5 157,77	-4 492,81
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>5 505,86</b>	<b>-21 469,77</b>	<b>-22 312,04</b>	<b>12 196,15</b>	<b>-26 079,80</b>	<b>-45 547,24</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	12.15	-1 450,26	-1 329,83	-726,12	-741,33	-4 247,54	-4 241,81
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4 055,60</b>	<b>-22 799,60</b>	<b>-23 038,16</b>	<b>11 454,82</b>	<b>-30 327,34</b>	<b>-49 789,05</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4 055,60</b>	<b>-22 799,60</b>	<b>-23 038,16</b>	<b>11 454,82</b>	<b>-30 327,34</b>	<b>-49 789,05</b>

**ASSOCIAÇÃO CRIANÇA E VIDA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		98 245,11	143 810,68
Pagamentos de apoios		347,88	0,00
Pagamentos a fornecedores		-90 368,98	-97 338,86
Pagamentos ao pessoal		-392 547,09	-247 143,41
Caixa gerada pelas operações		-384 323,08	-200 671,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2 606,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		155 860,30	165 297,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-231 068,78	-35 373,85
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		320 010,00	0,00
Juros e rendimentos similares		9,93	0,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		320 019,93	0,02
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		18 977,72	30 164,68
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-17 905,98	-17 167,70
Juros e gastos similares		-4 222,39	-4 640,41
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-3 150,65	8 356,57
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período		85 800,50	-27 017,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 696,18	29 713,44
		88 496,68	2 696,18

A Direção

Contabilista Certificado

# **ASSOCIAÇÃO CRIANÇA E VIDA**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	11
5	Ativos Intangíveis .....	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos .....	12
7	Inventários .....	12
8	Rédito .....	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	12
10	Benefícios dos empregados .....	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	14
12	Outras Informações .....	14
12.1	Investimentos Financeiros .....	14
12.2	Créditos a receber .....	14
12.3	Outros ativos correntes .....	14
12.4	Diferimentos .....	15
12.5	Caixa e Depósitos Bancários .....	15
12.6	Fundos Patrimoniais .....	15
12.7	Fornecedores .....	15
12.8	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
12.9	Outros passivos correntes .....	16
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
12.11	Fornecimentos e serviços externos .....	16
12.12	Imparidade de dívidas a receber .....	16
12.13	Outros rendimentos .....	17
12.14	Outros gastos .....	17
12.15	Resultados Financeiros .....	17
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	17
12.17	Acontecimentos após data de Balanço .....	18

## **1 Identificação da Entidade**

A “ASSOCIAÇÃO CRIANÇA E VIDA” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral da Solidariedade e Segurança Social sob o nº 54/81 desde 11/08/1981, com sede em Rua Miguel Bombarda, nº 57, Porto. Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção de crianças, adolescentes e jovens, bem como de outros setores sociais carenciados, coadjuvando os serviços públicos competentes e outras instituições ou entidades num espírito de entreaajuda, solidariedade e colaboração;
- Para prosseguir os seus objetivos a Associação tem a funcionar as valências de Creche, Pré-Escolar, CATL e Serviço de Apoio Domiciliário (3ª idade).

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.2 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### **3.2.4 Investimentos financeiros**

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

### 3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.8 Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### **3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Terrenos	17.636,46	0,00	17.636,46	0,00	0,00
Edifícios	1.025.484,72	0,00	242.062,48	0,00	783.422,24
Equipamento Básico	120.756,43	450,00	0,00	0,00	121.206,43
Equipamento Administrativo	15.926,14	0,00	0,00	0,00	15.926,14
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>1.179.803,75</b>	<b>450,00</b>	<b>259.698,94</b>	<b>0,00</b>	<b>920.554,81</b>
Depreciações Acumuladas					
Edifício	555.072,79	10.876,05	70.542,48	0,00	495.406,36
Equipamento Básico	119.765,20	231,16	0,00	0,00	119.996,36
Equipamento Administrativo	12.983,18	226,63	0,00	0,00	13.209,81
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>687.821,17</b>	<b>11.333,84</b>	<b>70.542,48</b>	<b>0,00</b>	<b>628.612,53</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>491.982,58</b>	<b>-10.883,84</b>	<b>189.156,46</b>	<b>0,00</b>	<b>291.942,28</b>

#### 5 Ativos Intangíveis

##### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de Computador	299,48	0,00	0,00	0,00	299,48
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>299,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>299,48</b>
Amortizações Acumuladas					
Programas de Computador	299,48	0,00	0,00	0,00	299,48
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>299,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>299,48</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	139.961,86	139.961,86	0,00	157.474,07	157.474,07
Outros Empréstimos - Associado	0,00	142.880,00	142.880,00	0,00	142.880,00	142.880,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>282.841,86</b>	<b>282.841,86</b>	<b>0,00</b>	<b>300.354,07</b>	<b>300.354,07</b>

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.075,70	20.149,22	6.204,08	185,28	15.629,63	8.899,51	165,29	
<b>Total</b>	<b>2.075,70</b>	<b>20.149,22</b>	<b>6.204,08</b>	<b>185,28</b>	<b>15.629,63</b>	<b>8.899,51</b>	<b>165,29</b>	
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>28.243,72</b>			<b>24.549,13</b>	

## 8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	99.199,71	148.806,86
Quotas de utilizadores	99.199,71	148.553,86
Quotas e joias	0,00	253,00
Outros Réditos	7,45	0,02
Juros e rendimentos aplicações financeiras	7,45	0,02
<b>Total</b>	<b>99.207,16</b>	<b>148.806,88</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2017			31-12-2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	244.552,49	0,00	0,00	295.808,71
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>244.552,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>295.808,71</b>

## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram de "9". Durante o período de 2017 mantiveram-se os Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio 2016/2019, que têm a seguinte composição:

### Assembleia Geral

Presidente – Levi Eugénio Ribeiro Guerra;

1º Secretário – David Américo da Rocha Ribeiro;

2º Secretário – Natália Maria Vieira do Carmo Pacheco.

### Direção

Presidente – Teresa Cristina Tato Marinho Tomé Ribeiro Malheiro Sarmento;

Tesoureiro – Ana Paula da Silva e Rocha Cantante;

Secretário – Joana Nestor Azevedo Mendes Pereira Rodrigues;

### Conselho Fiscal

Presidente – Duarte Nunes de Oliveira de Melo Cameira;

1º Vogal – António Paulo Faceira de Carvalho Lages;

2º Vogal – António Miranda Vasconcelos Sousa Leite.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foram de "25", no mês de setembro de 2017 a Entidade procedeu ao encerramento de duas respostas sociais (CATL e SAD) o que aliado a uma redução dos utentes do pré-escolar, originou um despedimento coletivo de "11" colaboradores, sendo o número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 de "14".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	274.924,26	320.567,36
Indemnizações	141.814,82	0,00
Encargos sobre Remunerações	58.940,89	69.258,46
Seguros de Acidentes no Trabalho	2.534,39	2.376,20
Outros Gastos com o Pessoal	1.036,80	1.408,00
<b>Total</b>	<b>479.251,16</b>	<b>393.610,02</b>

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1 Investimentos Financeiros

No período de 2017 e 2016 a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>		
Fundo Compensação do Trabalho	380,70	238,54
<b>Total</b>	<b>380,70</b>	<b>238,54</b>

### 12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	24.758,24	24.928,81
Perdas por imparidade	-12.464,40	-12.464,40
<b>Total</b>	<b>12.293,84</b>	<b>12.464,41</b>

### 12.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores	1.404,85	1.002,75
Instituto Seg.Social – Compensação educadoras	23.929,56	24.406,80
<b>Total</b>	<b>25.334,41</b>	<b>25.409,55</b>

## 12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	1.582,63	1.345,89
Contrato Segurança	0,00	403,65
Outros - Obras conservação - Plurianual	0,00	963,77
<b>Total</b>	<b>1.582,63</b>	<b>2.713,31</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Outros - Mensalidades utentes	923,29	1.835,85
<b>Total</b>	<b>923,29</b>	<b>1.835,85</b>

## 12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	817,12	178,49
Depósitos à ordem	32.679,56	2.017,69
Depósitos a prazo	55.000,00	500,00
<b>Total</b>	<b>88.496,68</b>	<b>2.696,18</b>

## 12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	9.975,96	0,00	0,00	9.975,96
Resultados transitados	6.089,79	0,00	49.789,05	-43.699,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	132.511,63	0,00	55.711,18	76.800,45
<b>Total</b>	<b>148.577,38</b>	<b>0,00</b>	<b>105.500,23</b>	<b>43.077,15</b>

## 12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	6.427,54	15.736,97
<b>Total</b>	<b>6.427,54</b>	<b>15.736,97</b>

## 12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	673,26	996,41
<b>Total</b>	<b>673,26</b>	<b>996,41</b>
<b>Passivo</b>		
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	2.887,43	3.793,90
Segurança Social	4.648,52	7.805,86
Fundo Compensação do Trabalho	26,02	11,01
<b>Total</b>	<b>7.561,97</b>	<b>11.610,77</b>

**12.9 Outros passivos correntes**

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	4.914,02
Credores por acréscimo de gastos	0,00	32.498,44	0,00	70.561,28
Instituto Seg.Social – Reposição dotação	0,00	49.634,18	0,00	4.652,97
Outros credores - Empréstimos tesouraria	0,00	28.232,00	0,00	28.232,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>110.364,62</b>	<b>0,00</b>	<b>108.360,27</b>

**12.10 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	244.552,49	295.808,71
Doações – Donativos	32.174,68	38.651,46
<b>Total</b>	<b>276.727,17</b>	<b>334.460,17</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

**12.11 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	2.518,25
Serviços especializados	39.017,68	40.087,37
Materiais	788,84	951,88
Energia e fluidos	12.543,18	13.376,98
Deslocações, estadas e transportes	411,50	1.375,11
Serviços diversos	14.573,98	19.424,24
Encargos com utentes	208,00	633,62
<b>Total</b>	<b>67.543,18</b>	<b>78.367,45</b>

**12.12 Imparidade de dívidas a receber**

A Entidade registou nos exercícios de 2017 e 2016 as seguintes perdas por imparidade:

Descrição	2017	2016
Utentes	0,00	5.544,15
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>5.544,15</b>

**12.13 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Outros rendimentos</b>	<b>185.820,95</b>	<b>7.397,83</b>
Rendimentos em investimentos não financeiros	182.552,83	0,00
Outros	3.268,12	7.397,83
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>7,45</b>	<b>0,02</b>
Juros obtidos	7,45	0,02
<b>Total</b>	<b>185.828,40</b>	<b>7.397,85</b>

**12.14 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	719,82	0,61
Dívidas incobráveis	0,00	9.838,10
Outros	623,82	1.400,40
Apoios concedidos a associados e utentes – Distribuição de cabazes	3.814,13	3.091,80
<b>Total</b>	<b>5.157,77</b>	<b>14.330,91</b>

**12.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	4.247,54	4.241,81
<b>Total</b>	<b>4.247,54</b>	<b>4.241,81</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	7,45	0,02
<b>Total</b>	<b>7,45</b>	<b>0,02</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-4.240,09</b>	<b>-4.241,79</b>

**12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2017, foi a seguinte:

Creche – 35 utentes;

Pré-escolar – 44/14 utentes; \*

CATL – 40 utentes; \*

Serviço Apoio Domiciliário – 15 utentes. \*

\* No mês de setembro de 2017 a Entidade encerrou as respostas sociais CATL e Serviço de Apoio Domiciliário e diminuiu os utentes do Pré-escolar.

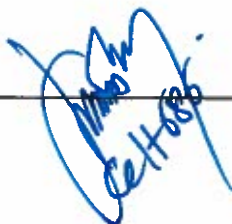
**12.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção

